FUNCIONÁRIO PÚBLICO — ASSESSOR PARA ASSUNTOS LEGISLATIVOS — APOSENTADORIA — EXECUÇÃO DETERMINADA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

— Interpretação do art. 72, § 7.º, da Constituição.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

DECISÃO

ANEXO II À ATA N.º 48/71

Relatório e voto apresentados pelo relator, Ministro Mauro R. Leite, cujas conclusões foram acolhidos pelo Tribunal, na Sessão Ordinária, realizada em 13 de julho de 1971, ao apreciar o processo de aposentadoria de Joaquim Neves Pereira (Processo n.º... 25.138/69).

RELATÓRIO

1. Versa o presente processo sobre a aposentadoria de Joaquim Neves Pereira, no cargo de Assessor para Assuntos Legislativos do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, requerida em 2 de dezembro de 1968.

2. Em Sessão de 7 de julho de 1970 este Tribunal, acolhendo o parecer da d. Procuradoria, julgou ilegal

aquela aposentadoria, sob o fundamento de que ao servidor — Assessor para Assuntos Legislativos — não cabe o direito de aposentadoria aos trinta anos de serviço (pareceres de fôlhas 75-77).

3. O Diretor-Geral daquele Departamento, todavia, inconformado com a decisão desta Côrte, solicitou, em 16 de setembro do ano próximo passado, o pronunciamento do Consultor Jurídico do órgão.

O parecer dessa Consultoria, datado de 18 de setembro de 1970, e constante das fôlhas 86-95, defendendo ponto de vista oposto ao decisório desta Côrte, formulou a indagação:

“18. Como, então, proceder para reparar a lesão de direito individual decorrente da recusa? É esse, precisamente, o objeto da indagação do Sr. Diretor-Geral deste Departamento.”

E conclui o referido parecer da

Consultoria pela aplicação do § 7.º do art. 72 da Constituição Federal, que dispõe:

“§ 7.º O Presidente da República poderá ordenar a execução do ato a que se refere a alínea b do § 5.º, *ad referendum* do Congresso Nacional.”

4. O Sr. Diretor do DASP, em 1 de outubro de 1970, solicitou a audiência da Douta Consultoria-Geral da República, cujo parecer conclui, igualmente, pela aplicação do princípio contido no § 7.º, do art. 72, da Constituição.

Esse parecer, datado de 2 de dezembro de 1970 e constante às fls..... 98-100, mereceu, no dia 10 seguinte, a aprovação do Excelentíssimo Sr. Presidente da República (fôlhas 98) que, em decorrência, exarou o seguinte despacho (fôlhas 101):

“Execute-se nos termos do artigo 72, § 7.º, da Constituição, o ato que concedeu aposentadoria a Joaquim Neves Pereira no Cargo de Assessor para Assuntos Legislativos do Quadro de Pessoal do DASP” (publicado no *Diário Oficial* de 21 de dezembro de 1970, p. 10.833).

5. O processo foi remetido à Diretoria da Despesa Pública que fez as devidas anotações e, em seguida, o encaminhou a este Tribunal.

6. O Ministério Público junto a esta Corte, em judicioso parecer, ratifica seus pronunciamentos anteriores, no sentido de que, em tema de aposentadorias, reformas e pensões, não cabe o procedimento previsto no § 7.º do art. 72 da Constituição.

7. Já na condição de Relator, trouxemos o processo ao Plenário, em Sessão de 15 de junho do corrente, resolvendo o Tribunal sobrestar o julgamento, ficando o feito em mesa para exame dos Srs. Ministros.

Considerações:

8. Em verdade, a relevância do presente processo, nesta altura, diz respeito, principalmente, à determinação

do verdadeiro significado da norma contida no art. 72, § 7.º da Constituição. Para nós se afigura pacífico que, se a Constituição de 1967 ensejava alguma divergência, a Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, evitou a dualidade de interpretações. O parecer da Douta Procuradoria nos convence plenamente, com a sua consistente argumentação.

9. Reportando-nos à indagação formulada pela Consultoria jurídica do DASP, transcrita no item 3 supra, há de se considerar que o remédio jurídico para obter o restabelecimento do direito individual ferido, se existente, é o apêlo à via judicial revisora, tendo em vista o disposto no § 4.º do art. 153 da Carta Magna.

10. Permitimo-nos transcrever os seguintes exertos dos *Comentário à Constituição de 1967 com a Emenda n.º 1, de 1969*, de Pontes de Miranda, Tomo III, p. 254 e 261:

“Muito disso mudou. Retirou-se quase tôda a função *judiciária* do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas da parecer prévio sôbre as contas do Presidente da República. Elabora o seu Regimento Interno. Propõe ao Poder Legislativo a criação ou a extinção de cargos dos seus serviços e a fixação dos respectivos vencimentos. Concede licenças e férias, conforme a lei, aos seus membros e aos seus subordinados. *Representa* ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional sôbre irregularidades e abusos que êle encontre. Se “verifica” a ilegalidade de algum ato que seja de despesa deve assinar prazo razoável para que o órgão da administração pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Se não é atendido, susta a execução do ato, se não se trata de contrato, mas o Presidente da República pode ordenar que se execute, *da referendum* do Congresso Nacional. Se a despesa é resultante de contrato, êle apenas *solicita* que o Congresso Na-

cional suste a execução do ato. Até aqui, não há qualquer decisão judicial (êstes grifos são nossos). Sômente há no art. 70, § 4.º, e no art. 72, § 8.º, se diz que ao Tribunal de Contas cabe julgar (“julgará”) da legalidade das concessões iniciais de aposentadoria, reformas e pensões, independendo de sua decisão as melhorias posteriores. Alguns problemas se apresentam que, em nota do art. 72, § 8.º, se examinam.

A função judicialiforme do Tribunal de Contas, diminuiu, porém não profundamente. Ainda assim, êle *julga* da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis, bem como das autarquias (art. 70, §§ 4.º e 5.º)”

“13. Julgamento da Legalidade das Aposentadorias, Reformas e Pensões. As espécies mencionadas no art. 72, § 8.º, são de julgamento, tal como se passa com as deliberações do Tribunal de Contas, nas espécies de que cogita o art. 70, § 4.º”.

11. Ressaltam dêsses comentários duas espécies de atos emanados dêste Tribunal; a concernente aos atos que não têm características de julgamento e a relativa aos de natureza judicial.

No primeiro caso, enquadra-se, sem dúvida, o art. 72, § 5.º, letras *a*, *b* e *c*: o Tribunal *assina prazo, susta, solicita providências ao Congresso Nacional*.

Êstes dois últimos atos constantes das letras *b* e *c*, são os que comportam a ordem de execução, *ad referendum* do Congresso Nacional.

12. Os comentários de Pontes de Miranda são expressos nesse sentido (p. 261):

“12) Ordem Sustatória e Ordem Contrária, com sustamento da deliberação do Congresso Nacional. A respeito dos atos que podem ser sustados pelo Tribunal de Contas (art. 72, § 5.º, *b*, conforme art. 72, § 5.º, *c*, é § 6.º), o Presidente da República pode manifestar-se contra a atitude do Tribunal de

Contas, com eficácia suspensiva: o que se sustara passa a ser executável, indo o caso ao Congresso Nacional (art. 72, § 7.º), que decidirá.”

13. No segundo caso, o Tribunal julga — art. 70, § 4.º e art. 72, § 8.º, Ê, pois, uma decisão proferida pela Côrte de Contas no exercício de função “judicialiforme” e que, portanto, só pode ser revista pelo Poder Judiciário.

14. O comentarista — conforme vimos nas suas apreciações sôbre Ordem sustatória e ordem contrária, com suscitamento da deliberação do Congresso Nacional” e “Julgamento da Legalidade das Aposentadorias, Reformas e Pensões” — não inclui a prerrogativa do Poder Executivo determinar a execução *ad referendum* do Poder Legislativo para os casos de decisões “judicialiformes” — artigos 70, § 4.º e 72, § 8.º — silêncio que consagra, o princípio da não aplicação, à espécie, do art. 72, § 7.º.

15. Ante o expedido, e considerando que a primeira parte do despacho do Excelentíssimo Sr. Presidente da República já produziu seus efeitos tendo em vista a anotação consignada às fls. 117, pela Diretoria da Despesa Pública; e

Considerando, ainda, que em seqüência às providências já adotadas pela D. D. P. deve o processo ser submetido ao pronunciamento do Congresso Nacional.

VOTO

Voto no sentido de que o Tribunal, tomando conhecimento do v. despacho do Exmo. Sr. Presidente da República, e adotando as conclusões da Douta Procuradoria, quanto à competência desta Côrte de Contas, relativamente à matéria em exame, mande fazer comunicação circunstanciada dos fatos ao Congresso Nacional, e determine o encaminhamento do presente processo ao DASP, para que possam ser cumpridas

as restantes providências decorrentes do referido despacho presidencial.

T. C. U., Gabinete, 13 de julho de 1971. *Mauro Renault Leite*, Ministro-Relator.

ANEXO III À ATA N.º 48/71

Parecer emitido pelo representante do Ministério Público. Dr. Luiz Octavio Gallotti, no processo de aposentadoria de Joaquim Pereira (Processo n.º..... 25.138-69), a que se referia o Sr. Presidente, Ministro Mauro R. Leite, em seu voto proferido na Sessão Ordinária de 13 de julho de 1971.

PARECER

Sobre o entendimento do art. 73, parágrafos 5.º, 7.º e 8.º da Constituição de 1967 (texto original), proferimos, no processo n.º 3.342/66, o parecer anexo por cópia.

Com o advento da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, voltamos ao tema, manifestando-nos como segue, no processo n.º 38.750/64:

“Concordamos com a tese contida no parecer da Quinta Diretoria, no sentido de que, em relação ao julgamento da legalidade das aposentadorias, reformas e pensões, não cabe o procedimento previsto no § 7.º do art. 72 da Constituição (execução do ato, *ad referendum* do Congresso).

A redação dada ao texto constitucional pela Emenda n.º 1, de 1969, espancou, segundo pensamos, as dúvidas que pudessem restar, sobre o assunto.

A Lei Maior, tal como promulgada em 1967, já não ensejava, a nosso ver, dentro de um raciocínio lógico, a prática do despacho presidencial, na hipótese ora cogitada (nosso parecer no processo n.º 342/66, acolhido pelo Egrégio Tribunal, *in Diário Oficial* de..... 15/12/67, página 1.844).

Todavia, o dispositivo, em sua literalidade, dava margem a entendimento diverso, porquanto as aposentadorias,

reformas e pensões, além de trabalhos no § 8.º do art. 78, que dispunha sobre o julgamento de legalidade das mesmas, eram também mencionadas entre os atos de despesas passíveis de sustação pelo Tribunal e, apesar disso, de execução, a critério do Presidente da República, sujeito ao crivo do Congresso (pareceres N-659 e N-765, da Consultoria-Geral da República, respectivamente *in Diário Oficial* de 20/3/69, pág. 2.395 e 7/1/69, p. 115).

Com a revisão de 1969 (artigo 72), *foi suprimida*, no § 5.º, a alusão a aposentadoria, reformas e pensões, em que se baseara a conclusão da douta Consultoria-Geral da República.

Está agora perfeitamente traduzida, no texto da Carta Básica, a distinção que ontologicamente se impõe, entre o processo de auditoria e fiscalização orçamentária, disciplina no § 5.º, e o julgamento necessário ao aperfeiçoamento do ato complexo de aposentadoria, reforma ou pensão, instituído no § 8.º, ambos de novo art. 72 da Constituição.

O § 7.º, do art. 73, que prevê a execução do ato sustado pelo Tribunal de Contas, mediante decisão do Chefe do Executivo, *ad referendum* do Legislativo, se dirige, de modo expresso, às hipóteses do § 5.º, citado. Retirada dêste a menção às aposentadorias, reformas e pensões, não há mais como considerá-las preenchidas no âmbito de cabimento da medida, pois estão regidas em parágrafo próprio (o 8.º), a que se não destina o remédio do § 7.º”.

II. Na verdade, não vemos como assimilar a hipótese do julgamento da legalidade de aposentadoria, tratada separadamente no § 8.º do artigo 72 da Constituição, à da sustação de despesas em geral, prevista no § 5.º, para o fim de pretender-se sujeitar a primeiro (§ 8.º) ao procedimento que só à segunda (§ 5.º) se dirige, conforme expresso na regra do § 7.º.

III. A sustação de atos de despesa,

com fundamento no § 5.º, b, do art. 73 da Lei Maior, pode alcançar obras, serviços ou fornecimentos em que elevados interesses de conveniência administrativa ou mesmo de segurança nacional se devam sobrepor aos aspectos legais apontados pelo Tribunal, justificando-se, então, a faculdade de vir o Chefe de Estado a provocar do Congresso, para o caso concreto a edição de um decreto legislativo capaz de sanar a falha argüida.

Essa, certamente, a razão que inspirou o constituinte, na elaboração da norma em aprêço.

IV. Ora, em matéria de aposentadoria (salvo, naturalmente, a decretada com base em Ato Institucional), não se pode divisar critério de conveniência ou oportunidade, mas, sempre, a pura e objetiva definição de um direito do servidor, em face da legislação vigente.

A competência para essa definição foi confiada, pela Constituição (artigo 72, § 8.º), a uma Côrte especializada, composta de Ministros de notórios conhecimentos, nomeados pelo Presidente da República com prévia aprovação do Senado e investidos das garantias e prerrogativas próprias da Magistratura Superior da União (artigo 72, § 3.º).

Se o Tribunal de Contas, ao julgar ilegal a concessão de aposentadoria, incorre, porventura, em interpretação errônea, recusando pretensão legítima de funcionário, poderá haver um direito individual ferido, remediável pela via judicial, nunca, a nosso ver, um interesse de ordem política ou administrativa susceptível de afetar a solução final da questão à deliberação do Congresso Nacional.

V. Por isso, pensamos que a assertiva de se destinar o procedimento do § 7.º art. 72 à hipótese do § 5.º do mesmo artigo 8.º (atos de despesa em geral), e não à do § 8.º (julgamento de além da letra do dispositivo,

ao próprio sistema e à razão da norma constitucional.

Todavia, êsse nosso ponto de vista, embora acolhido pelo Egrégio Tribunal, não é aceito pela douta Consultoria-Gera da República, como se vê do parecer I-088, com aprovação presidencial, anexado a fls. 98-100 e publicado no *Diário Oficial* de 21 de dezembro de 1970, p. 10.833 (itens 6 e 7).

VI. Sem embargo do respeito e consideração devidos ao aludido pronunciamento, permitimo-nos manter pelos motivos expostos, nossos pareceres anteriores, opinando por que se deixe de anotar v. despacho de fls. 101, com ulterior restituição do processo à origem.

Procuradoria, 7 de junho de 1971.
Luiz Octávio Gallotti, Procurador.

ANEXO IV À ATA N.º 48/71

Cópia do parecer emitido em 23 de outubro de 1970 pelo representante do Ministério Público no processo n.º 3.342/66, a que se referira no seu pronunciamento constante do Anexo III desta Ata.

PARECER

Verifica-se, no processo, que o Egrégio Tribunal de Contas, em Sessão de 15 de março de 1966, denegou registro a concessão de reforma de militar, por tê-la julgado ilegal.

Em 6 de setembro do corrente ano, o eminente Senhor Ministro do Exército firmou exposição de motivos onde, após dissentir da orientação da Côrte, concluiu pelo seguinte:

“Em face do exposto, tenho a honra de submeter o assunto à apreciação de Vossa Excelência, solicitando a competente autorização para que o Tribunal de Contas proceda ao registro do ato, com recurso para o Congresso Nacional, que decidirá em última instância.”

Referido documento mereceu, no dia 15 seguinte, respeitável despacho presidencial vazado nos seguintes têrmos:

“Seja executado o ato *ad referendum* do Congresso”.

II. A espécie comporta exame de aspectos relevantes, relativos à competência do Tribunal de Contas, em face da vigente Constituição do Brasil, exame que, para maior clareza, nos permitimos desenvolver, a partir do texto da Lei Maior revogada.

III. A Constituição de 1946, estabelecida, no art. 77, III, a competência do Tribunal de Contas para o julgamento da legalidade das aposentadorias, reformas e pensões.

No § 3.º do mesmo artigo, previa-se a possibilidade da realização de despesa recusada pelo Tribunal, mediante despacho do Presidente da República, seguido do registro sob reserva e recurso *ex officio* para o Congresso Nacional.

Em que pêssem os precedentes verificados, nunca chegou a ser tranqüilo, nos regime de 1946, o cabimento do mencionado “registro sob reserva” no caso das aposentadorias, reformas e pensões.

A prova disso está no voto memorável proferido, em 1953, pelo eminente Ministro Pereira Lira e reiterado, com apoio da maioria de seus pares, em Sessão de 6/8/65 (processo 900/62). Esse aresto publicado no volume 82, páginas 232 e seguintes, da *Revista de Direito Administrativo* constitui, em verdade, peça indispensável ao estudo do tema.

Nêle demarcou o mestre, com inigualável precisão, o campo de atuação do Tribunal como órgão auxiliar do Congresso, propiciando, da parte dêste, um pronunciamento de caráter político sobre a matéria, e a área, bem distinta, em que a Côrte exercia uma competência privativa, proferindo julgados somente suscetíveis de revisão pela via judicial.

Nessa área de atribuição privativa, incluíram-se as aposentadorias, refor-

mas e pensões, cuja apreciação ficava, assim, na forma da conclusão do voto citado, imune ao despacho presidencial referido no § 3.º do artigo 77, da antiga Constituição.

IV. O texto da Constituição de 1967, ao lado de reparos que sob outros aspectos possa merecer, teve, a nosso ver, a virtude de realçar e tornar indvidoso o caráter privativo da competência do Tribunal de Contas, no ponto em estudo.

Manteve a atual Constituição, no § 8.º do art. 73, a atribuição da Côrte de Contas, quanto ao julgamento da legalidade das aposentadorias, reformas e pensões, estatuinto, com inovação do regime anterior, que independiam dessa decisão as melhorias posteriores à concessão inicial.

Por outro lado, contém a Lei Maior um dispositivo, o § 7.º do art. 73, que autoriza a execução de *ato de despesa* impugnada pelo Tribunal, mediante despacho do Presidente da República, *ad referendum* do Congresso Nacional.

Mencionado despacho pode ser comparado à figura do antigo “registro sob reserva”, ordenado pelo Presidente, nos moldes do § 3.º, do artigo 77, da Carta revogada. Todavia, em tal comparação não se deve perder de vista as peculiaridades do nôvo sistema.

O art. 77, § 3.º, da Constituição de 1946, (“registro sob reserva”), não continha referência expressa aos itens da competência do Tribunal a que se destinava. Daí a necessidade de construir-se, por ilação, uma doutrina a respeito.

Já o § 7.º, do art. 73, da Carta vigente, (“*despacho ad referendum*”) contém expressa remissão ao § 5.º, anterior.

Ora, o julgamento da legalidade da reforma não está previsto no § 5.º, mas no § 8.º, sendo lógico, portanto, que a êle não se refere a possibilidade do despacho presidencial.

V. Mas não é só a evidência literal que abona o nosso entendimento.

O despacho *ad referendum*, como se depreende do § 7.º, combinado com o § 5.º, ambos do art. 73, se refere às decisões do Tribunal que ordenem a *sustação de atos de despesas*.

Todavia, a apreciação da legalidade da reforma, aposentadoria ou pensão é juízo que transcende o âmbito do simples exame de regularidade de despesa.

Para ilustrar a assertiva, basta recordar os processos decorrentes da aplicação da vigente Lei 4.902/65 (reguladora da inatividade dos militares), em que se coloca freqüência, na instância do Tribunal de Contas, a questão, *sem qualquer reflexo na despesa*, de saber-se se o reformado tem direito à plenitude de determinada patente ou apenas aos proventos do pòsto.

Ademais, na apreciação da legalidade da reforma, aposentadoria ou pensão, tanto é levado em conta o fato de os proventos terem sido eventualmente fixados em quantia *maior* quanto a *menor* que a devida.

E se, na primeira alternativa, o efeito prático da decisão pode ser comparado a uma sustação de despesa, é fora de dúvida que não o pode na segunda hipótese, onde o julgado do Tribunal se exterioriza, pelo contrário, como ordem de *complementação de despesa*.

VI. Conclui-se, pois, que o julgamento da Côrte de Contas, ao examinar a legalidade de reforma — artigo 73, § 8.º —, não pode ser confundido com a decisão que dá pela sustação de ato de despesa, — artigo 73, § 5.º dado o alcance muito mais amplo da atribuição inerente no primeiro dos dois dispositivos citados.

Pretender identificar as duas situações, para estender a uma (§ 8.º) o remédio constitucional reservado à outra (§ 5.º), é deixar de atender à natureza peculiar a cada uma delas e,

sobretudo, considerar inócuo e redundante todo o § 8.º da Constituição, conclusão condenada pela hermenêutica.

De duas uma: ou o julgamento de legalidade da reforma já está compreendido no § 5.º e caberá o despacho *ad referendum*, mas será inócua a repetição constante do § 8.º, ou este último tem sua própria razão de ser, regulando matéria distinta da do § 5.º, e sendo incabível nessa hipótese, o despacho que só ao mesmo § 5.º se refere.

VII. É certo que o § 5.º, do artigo 73, ao enumerar, exemplificativamente, as despesas públicas a que se refere, menciona as decorrentes de aposentadorias, reformas e pensões.

Mas é mister não confundir a sustação de um pagamento, mesmo feito a aposentado, cuja inexatidão se verificou em procedimento de auditoria ou semelhante (§ 5.º), com o julgamento amplo da legalidade da concessão, trâmite essencial do processo de aposentadoria (§ 8.º).

O julgamento do § 8.º é condição normal e necessária do aperfeiçoamento do ato da aposentadoria que só se torna definitiva com o *placet* do Tribunal. Já o incidente previsto no § 5.º serve de corretivo para circunstâncias eventuais, como, por exemplo, o pagamento inexato de melhorias posteriores à aposentadoria inicial, excluídas do rito, do § 8.º mediante referência expressa do próprio texto constitucional.

VIII. Como se vê, ao extremar, no § 8.º, a competência para o julgamento das aposentadorias, reformas e pensões, o legislador constituinte não incorreu em qualquer redundância ou impropriedade. Quis, na verdade, estabelecer uma instância especializada e privativa, a cargo do Tribunal de Contas.

Essa instância especializada, competente para a definição dos direitos dos inativos e pensionistas só pode ter,

como razões de decidir, motivos de ordem técnica que não justificariam a convocação de um pronunciamento político ou legislativo, emanado do Congresso Nacional.

Se direito de servidor vier, porventura, a ser ferido pelo Egrégio Tribunal, o remédio compatível, dentro da sistemática constitucional, será a sentença judicial, mediante provocação do interessado, quer em ação ordinária, quer através de mandado de segurança impetrado, originariamente, perante o Supremo Tribunal Federal (Constituição, art. 114, I, i).

É que, na Constituição de 1967, como na anterior, o Tribunal de Contas, a par de sua função como auxiliar do Congresso, possui uma área de atribuição exclusiva, somente susceptível de correção pela via judiciária. Nessa área, está o julgamento da legalidade das reformas, aposentadorias, e pensões, como pensamos haver demonstrado.

IX. Resumindo a matéria contida nos itens II a VIII, do presente parecer, temos que:

1.º a Constituição de 1946, art. 77, III, estatuiu a competência do Tribunal de Contas para o julgamento das aposentadorias, reformas e pensões;

2.º competência idêntica foi atribuída ao Tribunal pela Constituição de 1967, art. 73, § 8.º, excluídas as melhorias posteriores ao ato inicial;

3.º no regime de 1946, não chegou a ser considerado tranqüilo o cabimento do “registro sob reserva”, do art. 77, § 3.º, para o caso das aposentadorias, reformas e pensões;

4.º no sistema da Constituição de 1967, o despacho *ad referendum* previsto no § 7.º, do art. 73, só se aplica, a nosso ver, às hipóteses previstas no § 5.º do mesmo artigo e não ao julgamento de legalidade estatuído no § 8.º seguinte.

X. No caso concreto, não chegou a ser ordenado, na vigência da Constituição de 1946, o registro sob reserva da concessão.

Posta em vigor a Carta de 1967, foi proferido o despacho *ad referendum*, nos moldes do § 7.º, do art. 73.

Entretanto, êsse despacho, *data maxima venia*, não constitui, em nosso entender, segundo a mesma Constituição de 1967, meio idôneo de ilidir as decisões prolatadas pelo Tribunal de Contas, sobre a legalidade das reformas (art. 73, § 8.º, correspondente ao 77, III, do texto revogado).

XI. Diante de todo o exposto afirmando-se nos incabível, na espécie, o procedimento do § 7.º, do art. 73 da Constituição, somos por que se deixe de anotar o respeitável despacho presidencial, mantida a decisão que deu pela ilegalidade da concessão.

Procuradoria, 23 de outubro de 1967.
Luiz Octavio Gallotti, Procurador.